Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos dos votos do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 39 da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas e dar quitação aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº. 47.393

Assunto: Prestação de Contas
PROCESSO 2008/52539-8 – CONSELHO ESCOLAR BENEDITO CHAVES MENDES SEARA, referente ao Convênio nº.350/2007, firmado com a SEDUC, no valor de R\$22.470,00 (vinte e dois mil, quatrocentos e setenta reais), de responsabilidade da Sra. MARIA DA PAIXÃO BRITO DE ALMEIDA, Coordenadora;
Processo nº. 2009/51776-0 – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE CONDEIXA, referente ao Convênio nº.098/2008, firmado com a ASIPAG, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), de responsabilidade da Sra. IEDA MARIA AMARAL LEITE, Presidente;
Processo nº. 2009/53758-5 – FEDERAÇÃO DAS CENTRAIS E UNIÕES DE ASSOCIAÇÕES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DO PARÁ, referente ao Convênio nº.425/2008 e Termo Aditivo, firmado com a ASIPAG, no valor de R\$44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), de responsabilidade do Sr. FRANCISCO FERREIRA DE CARVALHO, Presidente; e
Processo nº. 2010/50102-0 – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA CAMPINA, referente ao Convênio nº.011/2008, firmado com a ALEPA, no valor de R\$ 19.516,58 (dezenove mil, quinhentos e dezesseis reais e cinquenta e oito centavos), de responsabilidade do Sr. JOÃO WALDEMIR DE SAMPAIO, Presidente.
Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES.
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos dos votos do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 39 da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, com isenção de multa regimental em face do Prejudgado nº 14, e dar quitação aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº. 47.394

Processo nº. 2009/51677-8
Assunto: Prestação de Contas referente ao convênio nº. 050/2008, firmado entre a FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA e a FAPESPA.
Responsável: Sr. JOÃO FARIAS GUERREIRO – Diretor Executivo.
Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e aplicar ao Sr. JOÃO FARIAS GUERREIRO, Diretor Executivo, CPF nº. 047.044.872-53, a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela intempestividade na apresentação das contas, a ser recolhida nos termos do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.
 Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art.71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 47.395

Assunto: Prestações de Contas.
Processo nº 2009/51887-5 – GRÊMIO RECREATIVO CULTURAL E CARNAVALESCO “DEIXA FALAR”, na importância de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), referente ao Convênio ASIPAG nº 203/2008, de responsabilidade do Sr. ESMEL TAVARES DOS SANTOS, Presidente;
Processo nº 2009/52774-1 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E AMBIENTAL “MESTRE BENE”, na importância de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), referente ao Convênio SECULT nº 072/2009, de responsabilidade da Sra. MICHELLE AQUINO PALHA, Presidente; e
Processo nº 2009/52877-7 – CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL “TERCEIRA TRAVESSA”, na importância de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais), referente ao Convênio SEDUC nº 316/2009, de responsabilidade da Sra. CARMEM DE OLIVEIRA SARAIVA, Coordenadora.
Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, nos termos dos votos do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 39 da Lei Complementar nº 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas e dar quitação aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº 47.396

Processo nº 2009/51981-2
Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 362/2008 firmado com o GRÊMIO RECREATIVO CULTURAL E CARNAVALESCO “DEIXA FALAR” e a ASIPAG.
Responsável: Sr. ESMEL TAVARES DOS SANTOS, Presidente
Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 2.000,00,(dois mil reais) e aplicar ao Sr. ESMEL TAVARES DOS SANTOS, Presidente, (CPF nº. 099.105.492-04) a multa de R\$ 100,00 (cem reais), pela intempestividade na apresentação das contas, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º, da Resolução nº. 17.492/2008 TCE, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.
 Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente da multa imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelecido no art. 71 § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.397

Assunto: Prestações de Contas
Processo nº. 2009/52729-7 – FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL E CULTURAL PARAENSE, referente ao Convênio nº. 167/2008 firmado com a ASIPAG no valor de R\$-25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), de responsabilidade da Sra. CÂNDIDA ALVES DE SOUZA, Presidente;
Processo nº. 2009/52780-0 – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIIRRO DO BARREIRO referente ao Convênio nº. 261/2008 e termo aditivo firmados com a ASIPAG no valor de R\$-100.000,00 (Cem

mil reais), de responsabilidade do Sr. ERIVONALDO VIANA DUTRA, Presidente;
Processo nº. 2009/53188-4 – FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA, referente ao Convênio nº. 057/2008 firmado com a FAPESPA no valor de R\$-10.000,00 (Dez mil reais), de responsabilidade do Sr. JOÃO FARIAS GUERREIRO, Diretor-Executivo;
Processo nº. 2010/50083-3 – ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE RETIRO GRANDE, referente ao Convênio nº. 057/2007 e termos aditivos firmados com a ALEPA no valor de R\$-16.000,00 (Dezesesse mil reais), de responsabilidade do Sr. VALDO ROBSON CARDOSO DE BRITO, Presidente;
Processo nº. 2010/50142-8 – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE IRITUIA, referente ao Convênio nº. 452/2008 e termo aditivo firmados com a ASIPAG no valor de R\$-8.000,00 (Oito mil reais), de responsabilidade do Sr. JOSÉ BASTOS DE OLIVEIRA, Presidente.
Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro relator, com fundamento no art. 38, I e art. 39 da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as prestações de contas e dar quitação.

ACÓRDÃO Nº. 47.398

Processo nº. 2009/53008-7
Assunto: Prestação de contas referente ao convênio nº. 22/2008 firmado entre a FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA e a FAPESPA.
Responsável: Sr. JOÃO FARIAS GUERREIRO – Diretor Executivo
Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) e aplicar ao Sr. JOÃO FARIAS GUERREIRO, Diretor Executivo, CPF nº.047.044.872-53, a multa de R\$500,00 (quinhentos reais) pela intempestividade na apresentação das contas, a ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº. 7086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/TCE, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.
 Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.399

Assunto: Prestações de Contas
Processo nº.2009/53179-3 – ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE ABAETETUBA, referente ao Convênio SECULT nº. 120/2008, no valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais), de responsabilidade do Sr. FLÁVIO GIOVENALE –Presidente; e,
Processo nº.2009/53638-9 – ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE E CARNAVALESCA RABO DO PERU, referente ao convênio SECULT nº 64/2009, no valor de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais), de responsabilidade do Sr. MARCOS ANTONIO SOARES MORAES – Presidente.
Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos dos votos do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I e art. 39, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas com isenção de multa regimental, em face do prejudgado nº 14 e dar quitação aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº 47.400

Processo nº 2006/53371-5
Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 181/2005 firmado entre a Prefeitura Municipal de SANTA IZABEL DO PARÁ e a SEPOF.
Responsável: Sr. CARLOS MARIÓ DE BRITO KATÓ, Prefeito
Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), e aplicar ao Sr. CARLOS MARIÓ DE BRITO KATÓ, Prefeito, (C.P.F. nº 245.112.692-20) a multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida, na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV e 3º da Resolução nº 17.491/2008/TCE, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.
 Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 47.401

Processo nº. 2007/52107-4
Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio nº. 374/2006 firmado entre a ASSOCIAÇÃO DE E PARA CEGOS DO PARÁ e a ASIPAG.
Responsável: Sr. LOURIVAL FERREIRA DO NASCIMENTO – Presidente.
Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I e art. 39, da Lei Complementar nº 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, na importância de R\$-10.000,00 (dez mil reais), e dar quitação ao responsável.

ACÓRDÃO Nº. 47.402

Processo nº. 2007/53040-6
Assunto: Tomada de Contas referente ao convênio nº. 160/2006 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE OURILÂNDIA DO NORTE e a SEPOF.
Responsável: Sr. FRANCIVAL CASSIANO DO REGO – Prefeito à época.
Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de

1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), e aplicar ao Sr. FRANCIVAL CASSIANO DO REGO, Prefeito à época, CPF nº. 223.719.232-49, a multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida na forma do disposto da Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts.2º, IV e 3º da Resolução nº 17.492/2008/TCE, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.403

Processo nº. 2007/53192-0
Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 271/2005, firmado entre o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO “PLÍNIO PINHEIRO” e a SEDUC.
Responsável: Sra. ZELINDA NOCETI SERVILLEA – Coordenadora.
Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 3.113,00(três mil, cento e treze reais) e aplicar a Sra. ZELINDA NOCETI SERVILLEA – Coordenadora, (C.P.F. nº. 174.629.599-68), multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais), pela instauração da Tomada de Contas, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/TCE, no prazo de (30) trinta dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.404

Processo nº. 2007/54640-6
Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 042/2007 firmado entre o SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO e a SEEL.
Responsável: Sr. CARLOS MARX TONINI – Presidente.
Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 15.000,00, (quinze mil reais) e aplicar ao Sr. CARLOS MARX TONINI, Presidente (CPF nº. 042.566.032-04) a multa de R\$ 300,00 (trezentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008-TCE, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.
 Este acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.405

Processo nº. 2008/50936-9
Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 005/2006 e termo aditivo firmados entre a COMPANHIA PARAENSE DE PERFORMANCE e a SECULT
Responsável: Sr. JOSÉ ELÓI IGLESIAS COMESANHA, Presidente.
Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$-5.000,00 (Cinco mil reais), e aplicar ao Sr. JOSÉ ELÓI IGLESIAS COMESANHA, Presidente, C.P.F. nº. 007.331.408-07, multa de R\$-100,00 (Cem reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida na forma como dispõem a Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008, no prazo de trinta (30) dias da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.
 Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.406

Processo nº. 2008/50987-9
Assunto: Tomada de contas referente ao convênio nº. 123/2007 firmado entre o ANINGAL ATLÉTICO CLUBE e a FCPNT.
Responsável: Sr. JOÃO FERREIRA – Presidente.
Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$3.000,00 (três mil reais) e aplicar ao Sr. JOÃO FERREIRA, Presidente, CPF nº.006.526.362-68 a multa de R\$50,00 (cinquenta reais) pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº. 7086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/TCE, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.
 Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

REPUBLICADA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 121919

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão de 18 de maio de 2010, tomou a seguinte decisão:

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

ACÓRDÃO Nº. 47.331

Processo nº. 2006/51157-4
Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 20/2003 e termos aditivos firmados entre a SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS e a SUSIPE
Responsáveis: Srs. JOAQUIM PASSARINHO DE SOUZA PORTO, OLÍMPIO YUGO OHNISHI e SAHID XERFAN, Secretários à época.
Relator vencido: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA